

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
GOLPES COM PIX E CLONAGEM DE CARTÕES**

20.06.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Itamar Borges.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - (Inaudível.) da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 161, de 2023, com a finalidade de investigar os golpes envolvendo subtração de valores por meio de fraudes através de transferências eletrônicas, principalmente via Pix e clonagem de cartões de débito e crédito, tanto pela questão da defesa do consumidor quanto pela segurança pública, posto que tais fraudes podem servir para financiar o crime organizado.

Registro, com muita honra e muito prazer, as presenças dos nobres deputados Maria Lúcia Amary, Rômulo Fernandes, Luiz Claudio Marcolino, Altair Moraes, esta Presidência e também o deputado Capitão Telhada.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Como é a primeira reunião... Pois não.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, só para colocar aqui e cumprimentar todos os colegas, eu queria saber se é cabível apresentar um requerimento, porque eu vi que nós vamos mandar várias convocações de pessoas aqui, e eu penso que seria bom - não sei o que vocês acham - a gente mandar primeiro para as empresas e depois individualmente.

Por exemplo, o presidente da Google no Brasil, também os presidentes da Zeta e da ABSCS, que são representantes das Sintechs, para convidar eles, de forma que vamos

chamar primeiro a Febraban e também podemos ouvir em um primeiro momento as associações que representam todas as Fintechs.

Lembrando que nada impede que, posteriormente, presidente, as empresas sejam chamadas uma por uma. Então acho que seria importante primeiro a gente fazer esse chamamento de uma maneira das empresas e depois individualizar. Não sei o que os pares acham.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Acho que V. Exa. vai apresentar no dia de hoje uma proposta de um plano de trabalho para a CPI, ao qual eu não tive acesso, não sei se V. Exas. tiveram acesso a esse plano de trabalho. Eu acho que é importante uma definição. Pelos requerimentos que ora foram indicados, todos eles são procedentes, mas falta ainda algumas entidades que não foram listadas, que nós inclusive já fizemos alguns requerimentos, para que também pudessem ser ouvidas aqui na CPI.

Não pode haver agora inclusão de novos requerimentos, então eu acho que seria importante primeiro ter um plano de trabalho e, a partir do plano de trabalho, nós vamos definir quais são as entidades, sejam as associações ou pessoas físicas que serão convidadas, mas eu acho que primeiro é o plano de trabalho para depois a gente definir quem são as entidades, dentro de um diálogo aí durante a próxima semana, para que a gente possa fazer essa adequação.

Eu acho que todos os deputados aqui não tiveram acesso ao plano de trabalho, então primeiro o plano de trabalho, para depois definir. Eu queria sugerir então, caso haja esse entendimento, eu pediria vista a todos os pedidos de requerimentos para o dia de hoje...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Na hora em que nós entrarmos na deliberação, deputado, sem problemas.

A SRA. MARIA LÚCIA AMARY - PSBD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputada Maria Lúcia Amary, e depois o deputado Rômulo.

A SRA. MARIA LÚCIA AMARY - PSBD - Eu queria sugerir o seguinte - na verdade, são vários requerimentos, são pedidos de vários parlamentares -: que fossem votados e, sendo aprovados, que eles possam ter uma escala de prioridades. Mas que sejam votados hoje, porque já fica garantido que eles serão (Inaudível.) uma participação ativa no sentido de convocar essas empresas.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Bom, eu até, aproveitando o que a deputada Maria Lúcia Amary e o deputado Marcolino disseram, eu gostaria de complementar. Primeiro, nós podemos combinar aqui e agora o passo a passo.

Com relação à colocação do deputado Luiz Claudio Marcolino do plano de trabalho, está corretíssima a sua colocação. Acabei de chamar a atenção da minha equipe aqui, porque foi o combinado aqui. Eu disse que encaminharia para vocês e estou sabendo que não foi, então peço desculpas pelo fato de não ter sido encaminhado.

Porém eu sugiro de nós apresentemos aqui uma proposta de plano que poderia receber contribuições para a próxima reunião nossa, além de acatar - e acho que poderia sugerir, deputado Luiz Claudio Marcolino, se V. Exa. concordar - com relação ao que aprovarmos o que está na pauta.

Quem der entrada hoje, na próxima reunião, aprovarmos e, somado a isso, já viríamos para cá com uma proposta, e não convidar e convocar ninguém antes de fazermos juntos aí a sequência, que nós possamos validar aqui em um acordo possível. Se não houver um acordo, teríamos que definir de que forma aconteceria. Mas ficaria esse compromisso de que a próxima reunião seria ainda deliberativa de convites ou eventualmente convocações que viriam participar.

Como se trata de uma CPI, que é uma investigação, acaba sendo uma investigação, o deputado Altair Moraes também propôs aqui um início de sequência, que acho que devemos apreciar juntos, mas que também devem ser... Eu não sei se todos que ele sugeriu têm pedidos aqui de convite para participar ou não, e se não tiver, tem que ter o requerimento também nesse sentido.

Então, tanto com relação ao deputado Altair Moraes quanto com relação ao deputado Luiz Claudio Marcolino, faremos isso. E se não tiver nenhuma discordância, como pelo menos a pauta todos tiveram conhecimento dois dias antes, se pudermos,

poderíamos validar a pauta com esse compromisso acordado entre nós de, enquanto não fizermos mais uma reunião para deliberarmos novos convidados, nós deixaríamos para a terceira reunião então para trazer o primeiro convidado para esta reunião.

E a próxima reunião seria não só para finalizarmos, nesse período de intervalo, esse roteiro, que veremos uma proposta hoje, mas também essa sequência de oitivas.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Apenas para registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Eu não falei, deputado?

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Eu cheguei atrasado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Mas eu vi você chegando, então foi falha minha.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Registrar o meu amigo, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Obrigado, presidente.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Deputado Rômulo.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Só para deixar um pouco mais claro o que V. Exa. falou - até porque, a gente tem congresso de comissões daqui a pouquinho, então tem que tentar acelerar um pouco. O que eu estaria sugerindo aqui é um acorde de que,

independentemente dos novos requerimentos que estão entrando aqui, na semana que vem a gente votaria esses outros requerimentos também que porventura estivesse faltando aqui e cada deputado achar por bem encaminhar novamente. É isso?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Isso. Os que vierem, nós vamos apenas deliberar na próxima algumas contribuições que sejam acolhidas para o nosso plano de trabalho e também deliberar as novas sugestões de convites.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Ok, presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Não tendo então oposição, eu pediria rapidamente... Deputado Luiz Claudio Marcolino, pois não.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Acho que assim, poderia...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É claro que eu estou falando isso, porque o pedido de vista é regimental, e se alguém quiser fazer...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Claro, claro. Só para tentar corroborar até com a proposta que V. Exa. apresenta, deputado Altair, a gente poderia aprovar hoje aqui, até para o início de nossos trabalhos, alguns requerimentos que são de ordens de investigação, que são os Itens 5, 6, 16, 18, 21 e 22. Os demais, que são associações e empresas, ficariam para a próxima reunião juntos com os novos requerimentos que venham a ser apresentados.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Acho que então seria melhor o colega definir por vice e fazer vista do que entender pertinente, né? Porque existe alguma dúvida com relação à necessidade de convidar essas pessoas ou entidades sugeridas?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Não é dúvida, é só metodologia. Como o plano de trabalho vai ser apresentado agora, uma metodologia é o quê? Você tem aqui primeiro os órgãos de investigação.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Mas isso a metodologia seria para as oitivas, e nós estamos combinando que as oitivas, iremos tratá-las após as deliberações de todos na segunda reunião. Se você acatar, colega... Estou falando, deputado, porque não vejo muito problema, ninguém vai...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Não teve nenhuma estratégia de atropelo aqui.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Só para entender, presidente e deputado Marcolino, pelo que eu entendi, é o seguinte: o senhor pretende aprovar o que tem aqui e, na próxima reunião, a gente traria o que nós entendemos que faltou...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Protocolar durante esta semana.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Protocolar durante esta semana e aí sim fazer uma ordem de chamamento, é isso?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É isso.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Não necessariamente nessa ordem, é isso?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Não, a sequência não vai ser o primeiro votado, nós vamos organizar...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sim, para mim está (Vozes sobrepostas.) está entendido.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Até porque, muitas vezes alguém que nós vamos ouvir, é importante que tenha sido ouvido alguém antes, porque senão você acaba perdendo a oportunidade de algumas informações, não é? Alguém ou alguma instituição.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ok. Para mim, está bem entendido.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Eu queria então, rapidamente... Eu convidei aqui não só para ajudar a construir essa proposta do plano de trabalho com a minha equipe, mas também para poder fazer aqui essa rápida apresentação, um especialista do tema, o Dr. Pedro Iokoi, que é advogado especialista desses temas aqui investigados, para que ele pudesse dar a sua contribuição na explanação desse plano de trabalho da forma mais objetiva possível.

Doutor, convido-o para se sentar aqui, por favor, e conseqüentemente fazer essa apresentação. Só lembrando que nós temos um congresso de comissões e alguns colegas vão ter que sair na sequência às três horas, e aí nós queremos ver o que vai ser possível deliberar aqui. Com a palavra, já passo, o Dr. Pedro Iokoi.

O SR. PEDRO IOKOI - Obrigado, deputado Itamar Borges. Agradeço aos deputados Luiz Claudio Marcolino, Rômulo Fernandes, Maria Lúcia Amary, vice-presidente desta comissão, Altair Moraes, Paulo Correa e Capitão Telhada. Boa tarde. Agradeço o convite desta comissão para participar dos trabalhos. Sou advogado, milito na área criminal, em especial para diversas empresas que sofrem com os danos causados pelas fraudes do Pix e do cartão de crédito.

Pedir para passar o primeiro slide. Antes da gente falar um pouquinho da metodologia que a equipe do deputado sugeriu e que eu auxiliei, só para a gente falar um pouquinho do tema do Pix e depois rapidamente do tema dos cartões, para a gente entender um pouquinho o arranjo de pagamentos, e para quem não é familiarizado com o tema, acho que vai facilitar o que sugerir na metodologia de trabalho.

Então o Pix veio para ser um concorrente sem custo do TED e do DOC e é um concorrente regulado pelo Banco Central. O Pix, quando foi desenvolvido, entrou no sistema e só trouxe um mecanismo especial de devolução. O que é isso? O sujeito que

sofreu uma fraude reclama na sua instituição financeira, a instituição avalia se é um caso de fraude ou não, fala com a instituição financeira recebedora, faz-se o bloqueio e repatria-se, se não é caso de fraude, é analisado em até sete dias e se devolve. Essa informação está no site do Banco Central do Brasil.

Então este é o nosso modelo hoje ou o único mecanismo possível de repatriar valores do Pix. Qual o problema disso? Nós sabemos que, com esse processo de aberturas de inúmeras Fintechs, as pessoas conseguem abrir contas nas Fintechs e nas instituições financeiras tradicionais, nos bancos, de uma forma muito mais simples: com uma selfie e uma foto do documento.

Isso permitiu que fraudadores utilizassem fotografias e cópias de documentos de pessoas que existem e até de pessoas que já faleceram para abrir contas chamadas “contas-laranja”. Essa expressão está sendo utilizada pelo próprio Banco Central na avaliação do “MED 2.0”, que eu vou falar rapidamente.

Qual é o problema disso? O problema é que os fraudadores fazem uma primeira transferência via Pix e aí depois eles pulverizam isso em dezenas de transferências, levando a segunda, terceira e quarta cadeia. O nosso sistema não tem hoje um mecanismo de devolução que, primeiro: permita as instituições marcar aquela conta como “conta-laranja” ou como conta de fraudador. Segundo: não tem como repatriar a partir da segunda camada. Então esse é um problema que ainda enfrentamos.

O Banco Central já está ciente disso, as instituições financeiras vêm pressionando para que isso mude e, em breve... E aí acho que uma sugestão é ouvir do especialista de Pix do Banco Central quando se implementará o chamado “MED 2.0”, que vai permitir a repatriação até a quinta camada.

A pessoa tem um prazo de até 80 dias para reclamar. Então, quando é que vai poder repatriar até a quinta camada? Um bloqueio, segundo, terceiro, quarto e quinto bloqueio até a quinta camada, e quando vai poder começar a se anotar nessas contas, que são contas de fraudadores ou contas de laranjas? E assim as instituições financeiras passam a ter uma lupa maior toda vez que a transferência é feita. Então eu acho que a gente tem um pouco a evoluir.

De outro lado, a gente tem um problema de engenharia social do Pix. Então a pessoa que se passa por seu parente e solicita via WhatsApp, a pessoa que vai em um encontro de um aplicativo de encontros, ela é recebida por sequestradores e então faz diversos Pix contra a vontade dela, mas ela mesma imputou ali a senha e a conta de destino, então a gente tem várias modalidades de golpes utilizando Pix.

Então acho que a gente precisa ou sugiro que a comissão, que vocês, deputados, pensem em uma metodologia de trabalho que possa analisar quais são as políticas públicas de competência do Estado que alcancem o maior número de fraudes possíveis que envolvem o Pix. Vamos passar para o próximo slide.

Por outro lado - e esse aqui é um pouquinho mais complicado, o Pix a gente está mais familiarizado -, isso aqui é o que a gente chama de arranjo de pagamento. O arranjo de pagamento é, na verdade, a forma como se estabeleceu, depois que se extinguiu aquela maquininha - eu sou desse tempo, que tinha papel carbono, você colocava o seu cartão, ligava e pegava o código de autorização -, quando se extingue aquele sistema, passa-se a se implementar um outro sistema, um sistema integrado que vira um sistema eletrônico.

Dentro do sistema eletrônico, Visa, Master e American Express não cuidam do arranjo de pagamento. Eles alugam o sistema e recebem royalties. Então eles não estão envolvidos aqui na fraude. E aí a gente tem dentro do arranjo de pagamento dois pontos nos quais a gente vai encontrar o prejuízo.

Então toda vez que a compra é presencial, toda vez que vou lá, espeto o meu cartão e digito a minha senha, se o banco emissor aprovou o seu cartão emitido pelo banco “A”, se o banco “A” aprovou a compra... Então compra presencial, se o emissor aprovou, o prejuízo é do emissor. Se o cartão é fraudado, o emissor tem que ficar com aquele prejuízo.

Se a compra é não presencial, aquela feita por internet, feita por telefone, autorização com papel da viagem, essa compra não presencial, toda vez que ela é aprovada, pouco importa. O banco só está dizendo: “Este cartão não tem nenhuma comunicação de fraude, de roubo, portanto o cartão é válido e tem limite para essa compra”. Só.

Se dali a 90 dias o titular do cartão disser: “Essa compra não é minha”, há um processo que se chama “Chargeback”. Portanto, o estabelecimento comercial avisa a empresa de meios de pagamento, que pode ser Rede, Cielo, Stone, Mercado Pago e etc., o emissor avisa o meio de pagamento, que avisa o estabelecimento comercial e ele não recebe. Então a segunda hipótese de prejuízo: compra não presencial, a conta é do estabelecimento comercial.

“Ah, tem mais algum prejuízo no meio do caminho?”. Tem, porque a gente sabe que as empresas de meios de pagamento ganham dinheiro com o percentual da transação, com a locação das máquinas e com o que a gente chama de “antecipação de recebíveis”.

O vendedor que quer antecipar dinheiro, que precisa de giro, paga juros para a empresa de meios de pagamento e antecipa o recebível.

Sabedores disso, os fraudadores fazem o que? Fazem muitas vendas, várias vezes não entregam o produto... Então é comum ver anúncios de telefone celular e de computador a um preço abaixo do preço de mercado, que se dissolve e aí ninguém recebe. Quando as pessoas não recebem, elas contestam a compra, só que o fraudador já se antecipou, porque, em tese, o prejuízo seria dele. Compra não presencial, fica com o estabelecimento. Como ele se antecipou desse dinheiro, ele some e o prejuízo fica com a empresa de meio de pagamento.

Toda vez que a gente fala de fraudes com cartão de crédito e débito, a gente vai ter que olhar para o arranjo de pagamento e ver onde esse prejuízo está ficando para saber quando o prejuízo fica com o consumidor e quando o prejuízo fica com o lojista, ok? Então acho que eram esses os dois cenários que eu queria pintar para vocês antes de expor a proposta de plano de trabalho.

Primeira proposta: definição de escopo da investigação. Especificar os golpes e fraudes envolvendo a subtração de valores por meios de fraudes através de transferências eletrônicas, principalmente via Pix, cartões de débito e crédito. Delimitar a investigação aos casos ocorridos no estado de São Paulo. Destacar a importância da investigação tanto para a Defesa do Consumidor quanto para prevenção ao crime, bem como para a Segurança Pública, considerando a possibilidade de financiamento do crime organizado.

Então, o primeiro ponto da proposta de trabalho é definir qual é o objeto, o quanto desses golpes, que são muitos, os fraudadores são muito criativos, devem ficar no âmbito desta investigação.

Segundo: convocação de especialistas em instituições envolvidas, representantes do Banco Central, de instituições financeiras, operadoras de telefonia móvel - por conta da localização das maquininhas, que têm "SIM Card", portanto são localizáveis por meios de pagamento -, serviços de entregas e redes sociais para prestarem esclarecimentos sobre as medidas de segurança adotadas, principalmente o processo de onboarding, como eles recebem esses novos clientes. Procedimentos para prevenir e investigar esses golpes.

Convidar especialistas em fraudes, segurança digital, crimes financeiros dentre outros para fornecer análise e recomendações sobre o combate e a prevenção a essas modalidades de fraudes. Acho que cada ponto dos envolvidos ou dos atores que trabalham com atividades que têm contato com fraudes vão ter sugestões. Então o gabinete do deputado Itamar sugeriu ouvir especialistas, para ter um maior input possível de ideias.

Terceiro: análise da legislação e políticas existentes. Avaliar a legislação atual relacionada à proteção do consumidor e segurança digital, identificando lacunas e possíveis melhorias. Examinar as políticas públicas adotadas por instituições financeiras, órgãos reguladores e autoridades de Segurança Pública, visando a identificar boas práticas e possíveis ações preventivas.

E, por fim, elaboração de relatório final. Consolidar todas as informações coletadas, depoimentos, análises, recomendações e um relatório final detalhado. Incluir recomendações para o aprimoramento da legislação, políticas públicas de prevenção, cooperação entre instituições, bem como conscientização pública. Esse é o rascunho da proposta de trabalho sugerida. Deputado, de forma breve, eram essas as primeiras colocações.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Muito obrigado, Dr. Pedro. Eu quero dizer que esse trabalho foi realizado... Inicialmente eu solicitei à equipe de comissão da Casa, porém fui informado de que a nossa equipe de comissão não elaboraria o plano de trabalho, não tem essa missão, vamos dizer assim. Por isso que eu tive que usar o meu gabinete.

Agradeço também ao Flávio, que é amigo da Carol... Cadê a Carol? Dra. Carol, não some não. Que é da deputada Maria Lúcia Amary, que ela também contribuiu bastante. E como eles estavam tendo algumas necessidades, eu pedi para que o Dr. Pedro, um especialista no assunto, pudesse somar nessa contribuição.

Porém, eu deixo aqui duas sugestões. A primeira: para o plano, se houver sugestões de inserção, de exclusão ou alguma coisa, podemos tanto fazer formalmente aqui ou podemos fazer informalmente dos e-mails do Flávio, para que ele possa reunir, e aí ele e a Carol, com as equipes de vocês, dos colegas, podem se sentar e a gente avalia juntos. Como nós deliberamos aqui? Proposta um: formalizar alguma mudança. Proposta dois: dialogar informalmente.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Presidente, eu não sei se, quando eu cheguei, já haviam tratado isso, mas o senhor pretende convocar mais uma reunião ainda neste semestre? Porque praticamente nós temos uma semana só para encerrar o semestre. Acredito que a gente deva entrar em recesso em julho agora. Então, como nós temos apenas uma semana, o senhor pretende fazer apenas no próximo...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Se os colegas toparem, poderíamos convocar para semana que vem, que é tumultuada, mas como seria uma sessão para deliberar convites, se vocês toparem, poderíamos marcar em um horário acordado entre nós só para deliberar os novos convites, que alguns já foram apresentados pelo deputado Altair e pelo deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, presidente. Acho que em relação ao plano de trabalho, acho que pode, durante a semana, as assessorias irem conversando...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Acho que é mais prático, não é?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aí já na próxima semana a gente já aprova...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Apresenta o resultado dessa interação.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Isso, porque nesta semana a gente vai conversando e na semana que vem já aprova o plano de trabalho aqui.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Todos concordam?

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Ok. Para mim, está ok, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Então eu sugiro, Flávio, que você e a Carol proponham para as assessorias dos deputados um bate-papo, sentam-

se todos juntos e aí dialogam sobre isso e sobre outras situações. E se for necessário, se o Dr. Pedro puder, vocês avaliam. Se não vocês avaliam e fazem entre vocês. Por fim, eu gostaria de colocar então aqui com relação à deliberação.

A minha sugestão é deliberarmos todos e, na próxima reunião, que combinaremos aqui, deliberarmos todos que entraram também - se não tiver restrição, se alguém tiver alguma restrição aqui, é regimental pedir vista - para que aí a gente formate.

Eu também gostaria de pedir - e é importante -, olhando para esse panorama, e se tiver os protocolos entre hoje e amanhã do que vocês estão pensando, do que os colegas estão pensando, as nossas equipes poderiam nos propor também uma sequência aí de oitivas, para que pudéssemos validar. Então nós já poderíamos vir aqui com uma proposta tanto do desenho do plano de trabalho adequado, ajustado, como uma sequência, como o deputado Altair e o deputado Luiz Claudio sugeriram, é uma outra proposta.

Mas para isso, nós precisaríamos pelo menos esses protocolos já estarem, para que possamos olhar os protocolos que vão ser deliberados semana que vem mais os que já estão aqui deliberados hoje o que eventualmente forem.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu acho que esses dois dias são saudáveis. Eu já apresentei agora pela manhã os pedidos de requerimentos, já foram protocolados, acho que o deputado Altair também vai fazer alguns requerimentos, acho que, com esses dois dias, com que (Inaudível.) aprovaria...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Amanhã se reúne e depois de amanhã...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E aí já vai estruturando com base nesta aprovação de hoje mais os que vão entrar, a gente efetivamente pode, já na semana que vem, vir com uma proposta, inclusive de quem serão os primeiros a ser convidados.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Então vamos combinar para quinta-feira? A que horas é melhor para os deputados para que as assessorias se reunirem? Quinta-feira agora. Não nós. Nós não vamos. São nossas assessorias, um indicado de cada um de nós. Quinta-feira... De manhã ou à tarde, Carol? As mulheres...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - De manhã.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - De manhã? Às dez horas da manhã?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Onze horas, pode ser?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pode, pode ser a umas 11 horas. Então quinta-feira, às 11 horas, o Flávio e a Carol comunicam ao gabinete qual sala reservaram e aí eles se reúnem tanto para trabalhar em cima do plano de trabalho com outras sugestões que venham como para os convites que estão aqui e os que estarão protocolados, e nós podemos avaliar em cima disso. Ok?

Com relação a essa deliberação aqui para poder ajudar a todos, nós estamos falando de CPI e de investigação. Tem que ser... Nem que tenha acordo, não pode fazer coletivo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Posso pedir para deliberar tudo de um bloco só? Queria pedir...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Mas eu posso pelo menos ler pelo menos o autor e o número só do requerimento, não é? Posso. Perfeito.

Item 1, da deputada Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.261. Em discussão aos itens que nós vamos redenominar. Não havendo oradores inscritos, em votação os seguintes itens... Eu posso enumerar um pouco e depois votar tudo de uma vez só?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Mas não pode fazer em um bloco, presidente?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Se eu anunciar pontualmente um por um...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ele não pode fazer por bloco? Em um bloco, fazer tudo, já está deliberado, tem acordo, faz tudo de um a oito.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Isso, mas eu anuncio todos, para não falar que deixei de falar.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu acho que... Não sei. Se há acordo...

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Presidente, pela ordem. A minha preocupação nem é por acordo, minha preocupação é mais jurídica (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É, eu também tenho essa preocupação. (Vozes sobrepostas.)

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Quando eu vejo o nosso assessor fazer assim, eu fico preocupado. Então acho que é melhor...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Só me ajudem a não perdermos o quórum aqui para deliberar então. Deputado Altair...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Dê-me licença, eu vou na comissão...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Daqui a pouco o (Inaudível.) sai também.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Nós temos congresso de comissões agora.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Tem que ir à comissão (Vozes sobrepostas.).

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Então vamos lá. Dr. Pedro, obrigado por ter vindo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Doutor, obrigado por ter vindo, e traga mais ele aqui, porque eu gosto desses “cabras” falando rápido assim.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Fala rápido, todo mundo gosta, não? Não enrola.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Vamos lá, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Vamos lá. Item 1, da deputada Maria Lúcia Amary, o Requerimento nº 1.261. Item 2, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.263. Item 3, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.264. Item 4, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.265. Item 5, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.266. Item 6, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.267. Item 7, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.271. Item 8, Maria Lúcia Amary, Requerimento nº 1.272.

Item 9, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.275. Item 10, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.276. Item 11, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.277. Item 12, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.278. Item 13, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.279. Item 14, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.280. Item 15, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.281. Item 16, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.282. Item 17, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.283. Item 18, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.285.

Item 19, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.286. Item 20, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.287. Item 21, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.288. Item 22, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.289. Item 23, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.290. Item 24, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.291. Item 25, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.292. Item 26, deputado Altair Moraes, Requerimento nº 1.293. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É só para confirmar o nosso entendimento. Então todos os requerimentos que chegarem entre hoje e amanhã serão apreciados, incluso na construção da proposta do plano de trabalho combinados com os convites. É esse o entendimento?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É esse aí.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E depois, na semana que vem, a gente aprova só para garantir (Vozes sobrepostas.).

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Terça ou quarta, a que horas? É preciso ver a que horas será a Comissão de Finanças na terça.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É que vai depender muito da reunião de amanhã.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Às 14 horas? Podemos fazer às 13 horas, na terça? O pessoal topa aqui?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pode ser, porque aí depois é só uma aprovação rápida, uma reunião rápida.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É, é uma reunião como essa. Até porque, nossa equipe vai estar com isso bem mastigado. Pode ser?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só isso também, de proforma a gente já aprova para semana que vem. Combinado.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Então terça-feira, às 13 horas, é a nossa próxima reunião.

Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovados os convites e requerimentos.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, ficam então convocados os colegas para terça-feira, às 13 horas, para a próxima reunião. Muito obrigado.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *